

16 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministros do Supremo fazem lobby em disputa para o CNJ

Lewandowski e Mendes buscam votos de senadores que decidirão nome

Disputa no CNJ mobiliza Mendes e Lewandowski

A disputa por cadeira no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) levou Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, a buscarem apoio para apadrinhados.

A escolha cabe ao Senado. Vários senadores que foram procurados pelos dois são alvos da Lava Jato no Supremo. O CNJ funciona como corregedoria de juízes e tribunais do país.

Cabe ao STF julgar congressistas alvos de processos na corte; vários são investigados na Operação Lava Jato

DANIELA LIMA
DE BRASÍLIA

A disputa por uma cadeira no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) entre dois advogados levou ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) a atuarem nos bastidores em busca de apoio a seus apadrinhados.

A escolha do nome caberá ao Senado, o que faz dos parlamentares o alvo das investidas dos principais envolvidos, os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski.

Cabe ao Supremo julgar congressistas que são alvos de processos na Corte. Vários dos senadores que foram procurados são alvos da Operação Lava Jato no Supremo.

O CNJ, por sua vez, funciona como uma espécie de corregedoria de todos os juízes e tribunais do país, com exceção do STF, além de cartórios brasileiros.

Esta última atribuição faz sua atuação alvo de interesses milionários. Cabe ao órgão, por exemplo, determinar casos em que se deve abrir concurso público para a gestão dessas instituições.

Primeiro nome a se apresentar para a disputa, Henrique Ávila, 33 anos, é sócio de Sergio Bermudes, titular de um dos maiores escritórios de advocacia do país, no qual também atua a mulher de Gilmar Mendes, Guiomar.

A proximidade com o jovem levou o ministro a dar declarações favoráveis a Ávila em telefonemas disparados a senadores com os quais tem proximidade.

A recomendação de Mendes teria aberto portas para Ávila entre nomes do PSDB e do DEM. O advogado também conseguiu apoio entre partidos como o PP e o bloco liderado pelo senador Fernando Collor (PTC-AL).

Informado do teor da reportagem, Mendes negou, por

meio de sua assessoria, ter tomado partido na disputa pela vaga ao CNJ e disse que não “apoia nenhum candidato”.

“O ministro acredita que as indicações do Congresso devem visar o fortalecimento institucional do órgão, pessoas que engrandecem o CNJ”, declarou a assessoria.

Pessoas próximas ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disseram à reportagem que ele foi um dos que recebeu recomendações a Ávila de Gilmar Mendes. Publicamente, Renan não declarou preferências na disputa.

Ávila também teria se apresentado e pedido apoio a outros ministros do Supremo, como Carmem Lúcia, que assumirá a presidência da Corte em setembro.

Procurado pela **Folha**, disse que sua candidatura nasceu de uma determinação “pessoal”. “Foi uma coisa natural. Sempre tive vontade de atuar no serviço público”, afirmou. Ele diz que Bermudes o incentivou a entrar na disputa, quando já havia sentido disposição em fazê-lo.

Ele nega uma atuação ostensiva do ministro Gilmar Mendes e de sua mulher em favor de sua candidatura. Diz que Guiomar só se manifesta sobre o assunto “quando questionada sobre o meu nome”. Ela coordena os trabalhos em Brasília do escritório de Bermudes.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 AGO 2016

Na outra ponta da disputa está o advogado do Senado, Octavio Orzari, funcionário de carreira da Casa que, por pouco mais de dois anos, foi cedido para o TSE durante a gestão do ministro Ricardo Lewandowski, hoje presidente do STF.

Ele atuou como assessor parlamentar do ministro na Corte. Orzari foi aluno de Lewandowski na USP, onde se formou. Os relatos são de que a proximidade com o ministro abriu portas para o advogado do Senado entre parlamentares de partidos como o PT, o PCdoB e o PSB, que encampou sua indicação.

A atuação de Lewandowski teria se dado de forma mais sutil e discreta. O ministro limitou a propaganda em favor de seu ex-aluno por estar agora conduzindo o julgamento final do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

Por meio de sua assessoria, o presidente do STF também negou ter adotado um dos lados na disputa pela cadeira do CNJ --órgão que está sob seu comando até setembro, quando Carmem Lúcia assumirá.

“Não tenho candidato e não cabe ao presidente do CNJ interferir nesse processo. A atribuição da escolha é do Senado”, declarou, por meio de sua assessoria.

Pessoas próximas ao ministro dizem que, quando perguntado, ele dá boas referências sobre o trabalho de Orzari durante o período em que atuou com ele no TSE, entre outubro de 2007 e março de 2009.

Procurado pela **Folha**, Orzari se limitou a declarar que “considerando minha vida profissional e acadêmica, submeti meu currículo à análise dos senadores com o objetivo de colaborar no debate e, se aprovado, no CNJ”.

A votação que definirá quem vai ficar com a vaga deve acontecer em setembro.



O presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski



O ministro Gilmar Mendes, que nega tomada de partido

16 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Moro transforma em réu mais um ex-tesoureiro do PT

Responsável por Lava Jato aceitou denúncia
contra ex-deputado Paulo Ferreira

**Outras 13 pessoas são
acusadas em esquema
que envolveu obra de
centro de pesquisa da
Petrobras; Ferreira nega**

DE CURITIBA

O juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, aceitou a denúncia contra Paulo Adalberto Ferreira, ex-tesoureiro do PT, e outras 13 pessoas sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e cartel na Petrobras.

Com ele, são três os ex-tesoureiros do partido já denunciados na operação. João Vaccari Neto é réu em seis processos sob acusação de ter recebido dinheiro da Petrobras; e Delúbio Soares, que foi réu do mensalão, responde a outra ação penal, acusado de ter participado do arranjo que resultou em empréstimo fraudulento do banco Schahin destinado ao PT.

Ferreira, por sua vez, é acusado de ter recebido cerca de R\$ 1 milhão em propina na obra do Cenpes (Centro de Pesquisas da Petrobras), no Rio de Janeiro. Segundo os procuradores, os valores foram direcionados a contas de seus familiares, empresas terceiras e até a uma escola de samba de Porto Alegre, base eleitoral do ex-tesoureiro.

Ele nega irregularidades e diz que as transferências foram legais, feitas a fornecedores e integrantes de sua campanha a deputado federal, em 2010.

Também viraram réus os empresários responsáveis pela obra, das construtoras OAS (Leo Pinheiro e Agenor Franklin Medeiros), Construcap (Roberto Capobianco e Erasto Messias da Silva Júnior), Construbase (Genésio Schiavinato Júnior), Schahin (Edison Freire Coutinho e José Antônio Marsílio Schwarz) e Carioca Engenharia (Ricardo Backheuser Pernambuco).

Eles são acusados de acertar o valor do contrato e, posteriormente, pagar propina a agentes da Petrobras e a membros do PT.

O ex-diretor da estatal Renato Duque também está entre os réus — além de quatro operadores do esquema (Adir Assad, Roberto Trombeta, Rodrigo Morales e o advogado Alexandre Romano).

Os últimos três são delatores da Lava Jato, e deram origem à investigação dos fatos denunciados.

Em depoimentos, Schiavinato Júnior, Silva Júnior e Capobianco confirmaram que as empresas fizeram repasses a pedido de Ferreira, mas afirmaram desconhecer irregularidades.

A **Folha** não conseguiu contato com os demais acusados. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

16 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO



JOSÉ SIMÃO

E diz que o Moro contratou o Bolt pra pegar o Lula. E o Rubinho pra pegar a mulher do Cunha! E o Saci, o Renan!

16 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

QUERO MAIS

O Ministério Público Federal está torcendo o nariz para mais um capítulo da delação premiada que negocia com a Odebrecht: o que inclui o ex-prefeito e hoje ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, no rol dos políticos que receberam recursos da empreiteira.

QUERO MAIS 2

O nome de Kassab surgiu em declarações preliminares de executivos. Os procuradores não aceitam, porém, a tese da empreiteira, adotada também para outros políticos, de que tudo não passou de caixa dois para campanhas eleitorais.

QUERO MAIS 3

De acordo com profissional familiarizado com as negociações, “esse é um dos grandes cabos de guerra do MP com a Odebrecht atualmente: os promotores para tudo exigem o ‘ato de ofício’, comprovando que para cada real dado pela empresa houve uma retribuição das autoridades políticas”.

MICROFONE

Kassab não comenta o assunto.

TST adia julgamento após reportagem dar indícios de fraude

DE SÃO PAULO - O Tribunal Superior do Trabalho adiou julgamento de processo que pede a anulação da arrematação de terreno em Belo Horizonte, de quarta (17) para data indefinida.

A medida foi tomada pelo ministro do TST Guilherme Augusto Caputo Bastos após a **Folha** noticiar, domingo (14), indícios de fraude na transação.

O terreno foi adquirido em 2010 por Victor Costa, presidente da fabricante de móveis de cozinha Itatiaia. A arrematação foi feita por Hugo Gabrich, que virou assessor da empre-

sa. Ele deu o lance mínimo, de R\$ 1,56 milhão, por não haver outros interessados. A área, da SIT Engenharia, foi a leilão para pagar dívidas trabalhistas.

A **Folha** divulgou e-mails que indicam acordo para que Costa pagasse a Luiz Lima Lobato, dono da SIT, por fora, R\$ 3,9 milhões. Na sexta (12), a reportagem enviou os indícios ao TST, que havia sido avisado sobre a fraude por Gabrich em abril.

O ministro informou que tirou o processo da pauta “por cautela” até que o Ministério Público se manifeste.

Janot pede fim de inquérito contra Pedro Paulo em caso de agressão

DE BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu o arquivamento do inquérito contra o deputado federal e candidato do PMDB à Prefeitura do Rio Pedro Paulo (RJ), sob suspeita de agredir sua ex-mulher.

Em seu parecer, Janot diz que as lesões verificadas em exame de corpo de delito da ex-mulher do deputado “seriam decorrentes de atitude defensiva do investigado”.

A ex-mulher dele, Alexandra Marcondes, ouvida em de-

poimento, “foi peremptória ao negar ter sido agredida por seu então marido”, relata o pedido de arquivamento. “Na ocasião, atribuiu as próprias lesões a movimentos de defesa de Pedro Paulo, para repelir investidas da depoente contra ele”, completa.

Como a Procuradoria-Geral da República é titular da investigação, o Supremo Tribunal Federal costuma seguir o pedido de arquivamento. Não há prazo para a decisão do ministro Luiz Fux, relator do caso.

Reforma ameaça acúmulo de pensão com aposentadoria

Trabalhadores que também ganham aposentadoria já representam um terço dos que recebem pensão por morte

Governo quer incluir em projeto que será enviado ao Congresso mecanismos para restringir despesas

LAÍS ALEGRETTI
DE BRASÍLIA

O governo do presidente interino, Michel Temer, quer restringir o acúmulo de aposentadoria e pensão por morte. A intenção é incluir mecanismos com esse objetivo na proposta de reforma da Previdência que vem sendo discutida dentro do governo e será submetida ao Congresso.

A proporção de pensionistas que também recebem aposentadoria triplicou entre 1992 e 2014. No início dos anos 1990, 9,9% das pessoas que recebiam pensão eram aposentadas. Atualmente, um terço dos pensionistas estão nessa situação, e 2,39 milhões de pessoas passaram a acumular os dois benefícios.

A equipe de Temer estuda quatro soluções para limitar o acúmulo: estabelecer um teto para o valor dos dois benefícios; impor a opção por um dos dois pagamentos; determinar que um dos benefícios seja integral enquanto o outro se limite a determinado percentual; ou impedir o acesso à pensão para quem já recebe aposentadoria.

Essas quatro possibilidades foram levantadas, em reuniões do governo, com base na experiência de outros países que restringiram o acúmulo de benefícios. Mesmo sem ter um cálculo da economia que a mudança representaria, o governo avalia que qualquer uma das opções ge-

raria “impacto fiscal significativo”, segundo as palavras de um assessor do Planalto.

Técnicos que elaboram a proposta de reforma da Previdência trabalham com o entendimento de que as alterações devem preservar direitos adquiridos. Ou seja, não podem atingir quem já recebe dois benefícios, mas podem afetar quem já está no mercado de trabalho e tem a expectativa de acumular os dois benefícios algum dia.

A ideia é que as mudanças sejam aplicadas tanto para trabalhadores do setor privado quanto para servidores públicos. Dos 2,39 milhões de pessoas que recebem os dois benefícios, 1,67 milhão ganham até dois salários mínimos por mês (R\$ 1.760). Esse grupo custa à Previdência R\$ 31,4 bilhões por ano.

Cerca de 10 mil pessoas, no entanto, recebem mais de 20 salários mínimos (R\$ 17.600) por mês acumulando os dois benefícios, o que representa um custo anual superior a R\$ 3 bilhões para a Previdência.

➤ DÍVIDA DE ESTADOS ESSENCIAL FOI APROVADO, DIZ MEIRELLES

O ministro negou que o governo tenha sofrido uma derrota no projeto de renegociação das dívidas dos Estados. Segundo ele, o essencial foi aprovado. “O item que os deputados tiveram resistência em aprovar foi um item incluído por governadores que visava facilitar a implantação do teto.”

Para técnicos da área econômica, restringir o acúmulo de benefícios seria uma maneira de reduzir o privilégio de famílias mais abastadas.

INVALIDEZ

O governo também avalia que será necessário alterar as regras para o pagamento de aposentadoria por invalidez. Nas palavras de uma fonte do Palácio do Planalto, é “obrigatório” mexer nesse tipo de benefício, já que o endurecimento das regras para acessar a aposentadoria deve levar as pessoas a “forçarem” aposentadoria por invalidez.

A nova regra, que ainda não foi desenhada, valerá para trabalhadores do setor privado e servidores públicos. Atualmente, os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) recebem 100% do salário de benefício quando se aposentam por invalidez. Para funcionários públicos, o benefício é proporcional ao tempo de contribuição.

Na avaliação dos técnicos, as regras do INSS são muito generosas e as normas aplicadas ao funcionalismo, mais rigorosas. O governo pretende buscar um ponto de equilíbrio para os dois regimes.

A Folha apurou, ainda, que o governo não pretende alterar a forma correção dos benefícios previdenciários acima do salário mínimo, que atualmente são atrelados à inflação medida pelo INPC.

O governo trabalha para encaminhar a reforma da Previdência ao Congresso até o fim do ano, o que pode ocorrer antes das eleições municipais. No cronograma desejado pelo Planalto, a aprovação da reforma pelos parlamentares ocorreria em 2017.

16 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUA

16 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

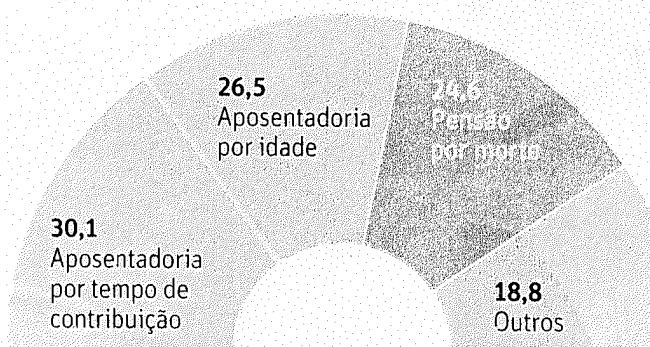
CONTINUAÇÃO

GANHANDO EM DOBRO

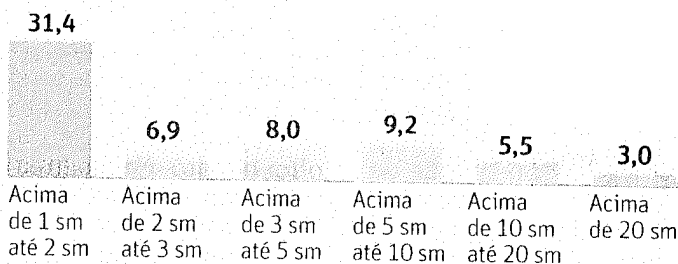
Acúmulo de pensões com aposentadorias preocupa governo

OS GASTOS COM PENSÕES JÁ REPRESENTAM UM QUARTO DO TOTAL...

Benefícios pagos em dezembro de 2015, em %

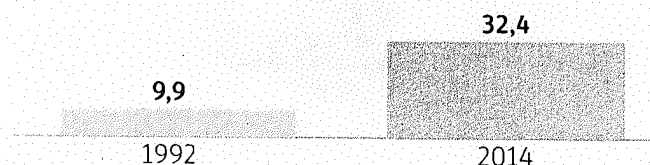


Despesa em 2014 (em R\$ bilhões)



...UM TERÇO DOS PENSIONISTAS TAMBÉM RECEBE APOSENTADORIAS...

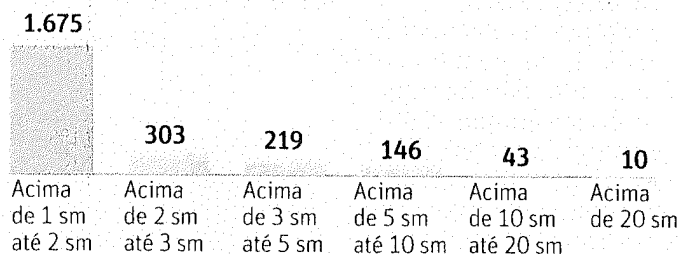
Pensionistas que acumulam os dois benefícios, em %



...E A MAIOR PARTE RECEBE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS

Faixa de renda (aposentadoria+pensão)

Quantidade de beneficiários em 2014, em mil



AS ALTERNATIVAS EM ESTUDO NO GOVERNO

- Estabelecer um teto para a soma dos dois benefícios, permitindo o acúmulo
- Obrigar as pessoas a optar entre os dois benefícios, proibindo o acúmulo
- Impedir quem já recebe aposentadoria de receber pensão por morte junto
- Permitir o acúmulo dos dois benefícios, mas reduzindo o valor de um deles

Fontes: IBGE e Ministério do Trabalho e Previdência Social

16 AGO 2016

GAZETA DO POVO

TJ-PR não dá conta de demanda por certidões de “ficha limpa”

Katia Brembatti

● Milhares de pré-candidatos a cargos públicos nas eleições de outubro no Paraná não conseguiram apresentar a documentação completa para a Justiça Eleitoral. O prazo para inscrição venceu às 19 horas de ontem, mas o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) não deu conta da demanda de pedidos de certidão que comprove que o pretendente não tem processos ou condenações que inviabilizem a candidatura.

O TJ-PR informou que recebeu 37,6 mil pedidos de certidão e que 30 mil ainda não foram entregues. Em tese, o prazo para a entrega da certidão deveria ser de até cinco dias úteis. Mas o tribunal reconhece que não está conseguindo atender os pedidos até a data-limite. Até a última sexta-feira, 15 pessoas trabalhavam na tarefa. Ontem, a força-tarefa ganhou reforço de 70 pessoas.

A equipe está trabalhando em regime extraordinário seis dias por semana, de segunda a sábado, com horário estendido até 20 horas.

Alguns candidatos se sentem prejudicados pelo atraso. É o caso de Homero Marchese, que vai concorrer a

uma vaga na Câmara Municipal de Maringá. Há duas semanas ele espera a certidão pedida ao TJ-PR para ter o registro de candidatura e, assim, conseguir o CNPJ para abrir a conta bancária que permite tanto recolher doações como fazer pagamentos — qualquer movimentação financeira que não passe pela conta de campanha é ilegal. “É uma tristeza depender do Estado”, comenta.

A assessoria jurídica de alguns partidos consultados pela reportagem orientam que a inscrição deveria ser encaminhada à Justiça Eleitoral apenas com a comprovação de que a certidão havia sido solicitada. O Tribunal Regional Eleitoral confirmou que está aceitando as inscrições apenas com o protocolo de pedido da certidão, mas destaca que o processo só será concluído quando o documento final for entregue.

16 AGO 2016

GAZETA DO POVO

“Pacotaço” prevê venda de ações da Copel e Sanepar e R\$ 100 mi em taxas

O governo do Paraná enviou ontem à Assembleia um novo pacote de ajuste fiscal. O projeto cria taxas para empresas de pesquisa, lavra e exploração de recursos hídricos, facilita a venda de imóveis de empresas públicas, isenta dívidas antigas de IPVA e autoriza a venda de ações da Sanepar e da Copel. O Executivo prevê arrecadar R\$ 100 milhões com as novas taxas.

Pacote de Richa prevê R\$ 100 milhões em taxas e venda de ações da Copel e Sanepar

Novas medidas enviadas à Assembleia Legislativa são a continuidade do ajuste fiscal iniciado no fim de 2014

| Rogério Waldrigues Galindo

● O governo do Paraná enviou ontem um novo pacote de medidas fiscais para a Assembleia Legislativa. O projeto cria taxas para empresas, isenta déficits antigos de IPVA e autoriza a venda de ações da Sanepar e da Copel sem haver necessidade de aprovação pelos deputados estaduais.

O pacote de medidas foi desenhado pela Secretaria da Fazenda e enviado nesta semana para a Assembleia. O item que mais mexe com o orçamento do Estado é a cobrança de empresas que são grandes usuárias de água não tratada e de recursos minerais. Os dois itens passarão a ser taxados e a estimativa é de uma arrecadação anual extra de R\$ 100 milhões.

O governo pede que sejam cobrados até 1,7% da Unidade Padrão Fiscal paranaense para cada mil metros cúbicos de água utilizada e até 3,3% de tonelada de minério. A Unidade Padrão Fiscal hoje é de R\$ 88. As taxas, segundo o governo, serão usadas em ações de meio ambiente.

Outro ponto polêmico do projeto é o que desobriga o go-

verno de pedir autorização para a Assembleia a cada vez que pretender vender ações de empresas públicas e sociedades de economia mista, como são a Sanepar e a Copel. A única cláusula exigida é que o governo mantenha o controle acionário das empresas.

“Não há qualquer intenção de venda de controle acionário das estatais. Nós temos um excedente de ações que ultrapassa a quantidade necessária para a manutenção do controle acionário pelo Estado e avaliaremos a possibilidade de trocas de ativos”, disse em entrevista coletiva o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa.

Sem benefício

Segundo o secretário, “a população não se beneficia desses ativos, que podem ser trocados por outros mais úteis, em especial nas áreas de habitação, transporte e educação”. Ou seja: o dinheiro de venda das ações seria colocado no caixa geral, para pagar serviços e contas do dia a dia.

Caso o governo consiga aprovar o projeto, também não precisará mais de autorização dos deputados para vender imóveis de empresas públicas paranaenses.

Em relação a taxas, também se abre a possibilidade de oferecer “tratamento diferenciado” no Detran, principalmente para locadoras de carros. O governo justifica dizendo que outros estados estão praticando “guerra fiscal” e

“Não há qualquer intenção de venda de controle acionário das estatais. Nós temos um excedente de ações que ultrapassa a quantidade necessária para a manutenção do controle acionário pelo Estado.”

Mauro Ricardo, secretário da Fazenda.

que caso não se possa oferecer valores menores do que o padrão para empresas, elas procurarão outros estados, causando “grave dano” à economia do Paraná.

O governo também quer dispensar a cobrança de IPVA atrasado: quem não pagou o imposto do carro fica dispensado desde que a dívida seja anterior a 2011. Segundo o governo, o grau de inadimplência é baixo e os valores não são altos, o que faz com que a cobrança não valha a pena.

O governo Richa também pretende passar a cobrar judicialmente apenas dívidas de ICMS acima de R\$ 35 mil. Hoje, o limite é de R\$ 15 mil. Segundo o projeto, hoje a média de tramitação de um processo judicial do gênero supera nove anos e a chance de receber os valores é de 25%.

O governo do estado também pede autorização para um empréstimo de R\$ 150 milhões do Banco do Brasil, para o programa Rotas do Desenvolvimento.

CONTINUA

16 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O "PACOTÃO"

Confira os principais pontos do projeto:

RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS

Cria taxa de controle, acompanhamento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos hídricos e taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais.

ITCMD

Os Notários e os Vogais da Juçepar deixam de ser responsáveis solidários no pagamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) e ficam sujeitos a multa de R\$ 5 mil caso promovam algum ato sem que seja verificada previamente o pagamento do imposto.

ICMS

Adequa a legislação estadual ao disposto no Convênio ICMS nº 93/2015, que promoveu alterações na cobrança do ICMS incidente nas operações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final, não contribuinte do imposto.

IPVA

Dispensa do pagamento dos créditos tributários do IPVA decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/12/2011.

DÍVIDA ATIVA

Amplia de R\$ 15 mil para R\$ 35 mil o limite mínimo para ajuizamento de ações para cobrança da dívida ativa. Valores menores serão cobrados de outras maneiras, como protesto, por exemplo.

CONSELHO DE CONTROLE DAS EMPRESAS ESTADUAIS

Institui o CCEE, órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, com a atribuição de assessorar o Governador no estabelecimento de diretrizes, fazer acompanhamento das atividades e avaliação de desempenho das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas estaduais.

IMÓVEIS

Dispensa a autorização legislativa para alienação de imóveis das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes. Fica mantida a exigência para administração direta, entidades autárquicas e fundacionais e empresas públicas dependentes.

ALIENAÇÃO DE AÇÕES

Autoriza a alienação de ações de empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que assegurada a manutenção do controle acionário pelo Estado do Paraná.

TAXAS DO DETRAN

Autoriza a redução de taxas do Detran de veículos de propriedade de empresas locadoras de veículos, até o limite da redução praticada em outros Estados.

MULTAS DO NOTA PARANÁ

Disciplina a forma de atualização monetária incidente sobre as multas aplicadas no âmbito do Programa Nota Paraná e não pagas no vencimento.

CADIN

Prevê que o envio de correspondências aos devedores do Estado, relativamente a débitos a serem inscritos no Cadin, pode ser efetivado por todos os órgãos e entidades e não apenas pela Secretaria da Fazenda.

COPEL

Autoriza o Estado a celebrar Termo Aditivo com a Copel relativos aos saldos remanescentes da Conta de Resultados a Compensar (CRC), contemplando a carência parcial do pagamento de juros e amortização.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Autoriza o Estado a parcelar os débitos vencidos e não pagos junto à Copel e Sanepar, relativos a serviços prestados até a data de publicação da Lei.

PRSEC

Define que a Companhia Paranaense de Securitização não disporá de quadro de pessoal efetivo por se tratar de uma sociedade de propósito específico.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Autoriza o Paraná a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil no valor de R\$ 150 milhões.

16 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho vivo

PEDINDO ÁGUA 1

Para quem afirmava que o Paraná era um dos poucos estados – se não o único – que tinha feito “a lição de casa” e que suas contas estavam equilibradas, o novo “pacotão” tributário encaminhado à Assembleia ontem é um rotundo desmentido. A derrama fiscal atingirá agora até quem usa água não tratada (de rios, por exemplo, para irrigação agrícola). A intenção é arrecadar mais R\$ 100 milhões.

PEDINDO ÁGUA 2

Polêmico, também, é o cheque em branco que o governo pede à Assembleia. Quando aprovado o novo pacote, o Executivo já não precisará de autorização parlamentar para vender ações das estatais, como Copel e Sanepar – as duas joias da coroa. Por falar nisso: passados oito meses de 2016, em que pé está o cumprimento da promessa de investir R\$ 6,5 bilhões este ano?

16 AGO 2016

GAZETA DO POVO

MPF defende regras federais para o Uber

Ministério Público
lista propostas que
serão enviadas a
parlamentares com
projetos referentes à
regulamentação do
transporte em
trâmite no Congresso

Da Redação

● Em nota técnica elaborada com base em estudos e contribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, o Ministério Público Federal (MPF) defende a regulamentação federal do serviço de transporte individual Uber.

Segundo notícia publicada no site do órgão, a proposta é uma das medidas sugeridas em nota técnica elaborada pela Câmara de Consumidor e Ordem Econômica (3.ª Câmara), que será enviada pelo MPF a parlamentares com projetos referentes à regulamentação do transporte individual em tramitação no Congresso. A falta de uma regulamentação federal para aplicativos como o Uber é uma das bandeiras levantadas pelos taxistas nos vários protestos promovidos em Curitiba e outras cidades desde a chegada do aplicativo norte-americano.

No parecer, o MPF pede que seja introduzido o “serviço de aluguel de veículos particulares”, incluindo o registro do motorista e do veículo no órgão regulador, na Lei

n.º 12.587/2012, que define a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Segundo a 3.ª CCR, a modalidade seria caracterizada como “serviço remunerado de transporte de passageiros pré-agendados, por intermédio de veículos de aluguel para viagens individualizadas.”

Táxis

Na mesma nota, o MPF recomenda a desregulamentação progressiva do serviço de táxis, com a definição de critérios para o aumento gradativo do número de licenças, até atingir a livre entrada e saída de ofertantes do serviço no país, culminando na livre concorrência na modalidade.

Além das alterações na regulamentação, a nota sugere a elaboração de estudos que orientem as cidades brasileiras para a adoção de políticas urbanas que promovam a redução de congestionamentos, poluição e outros fatores negativos do transporte urbano, além de estratégias para a integração entre transportes públicos e individuais. Como a *Gazeta do Povo* já mostrou, a regulamentação de serviços de mobilidade precisa ir além da concorrência com táxis.

FUSÃO

Para enfrentar o Uber no Brasil, os dois maiores aplicativos de táxi do país negociam uma possível fusão. O 99 e o Easy conversam sobre o assunto desde 2015. Fontes citadas pela revista “Época Negócios” dizem que as negociações se intensificaram recentemente.

Medidas serão para taxistas e consumidores

● Segundo a nota do MPF, a regulamentação do Uber e também as outras medidas sugeridas favorecem taxistas e consumidores, por resultarem tanto na maior oferta de serviços aos usuários, quanto na redução do preço de alvarás e licenças de táxi. Questões de segurança como o cadastro oficial dos motoristas e também práticas, como a possibilidade de se aceitar dinheiro — experiência em funcionamento apenas em São Paulo no momento — também seriam resolvidas.

À assessoria de imprensa do MPF, o coordenador da Câmara de Consumidor e Ordem Econômica, o subprocurador-geral da República José Elaeres Marques Teixeira, explicou que a regulamentação Uber poderá resultar em mais uniformidade para ambos os serviços em todas as cidades. “Hoje temos um cenário com uma regulamentação muito fragmentada, resultante de pressões políticas exercidas por diferentes grupos. O posicionamento da 3.ª Câmara tem o intuito de oferecer sugestões técnicas que contribuam para uma legislação abrangente e efetiva, beneficiando os consumidores e os prestadores do serviço”, diz o subprocurador.

16 AGO 2016

GAZETA DO POVO

3º ex-tesoureiro do PT vira réu na LavaJato

● O juiz Sergio Moro abriu ação penal contra o ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira e mais 13 alvos da Operação Abismo, 31.ª etapa da LavaJato que investigou o pagamento de propinas nas obras do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes), no Rio. O montante desviado, segundo o Ministério Público Federal, chegou a 2% do valor dos contratos, cerca de R\$ 21 milhões.

Ferreira é o terceiro ex-tesoureiro do PT a se tornar réu na LavaJato. João Vaccari Neto, que lhe sucedeu na função, já foi condenado em outras duas ações penais decorrentes da operação. Delúbio Soares, condenado no mensalão, é réu no processo que apura empréstimo fraudulento de R\$ 12 milhões do Banco Schahin ao PT.

Na ação aceita por Moro, Ferreira é acusado de receber mais de R\$ 1 milhão do dinheiro desviado de contratos da Petrobras relacionados ao centro de pesquisa, reformado para desenvolver tecnologias de exploração do pré-sal.

16 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Combate à violência contra a mulher é tema de evento

A importância da organização do combate à violência contra a mulher em equipamentos que concentrem orientação e serviços como ocorre na Casa da Mulher Brasileira em Curitiba foi um dos destaques do discurso do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, durante o evento que marcou os dez anos de vigência da Lei Maria da Penha, em Curitiba, ontem.

O evento, promovido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e pela Associação dos Magistrados do Paraná, teve ainda o apoio do Ministério Público/PR, Secretaria Municipal da Mulher, Defensoria Pública do Paraná e secretarias de estado.

Na oportunidade, o presidente do TJ-PR pediu agilidade na instalação da unidade da Delegacia da Mulher na Casa da Mulher Brasileira, completando assim o rol de serviços e atendimentos que são oferecidos às vítimas de diferentes tipos de violência: psicológica, sexual, doméstica e física. Com a unidade da delegacia no local, procedimentos relacionados à área de segurança da secretaria estadual, como os registros de boletim de ocorrência, ganharão celeridade.

16 AGO 2016

Blog do Zé Beto

Cobrança explícita

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, fez uma cobrança pública ao governador do Paraná, Beto Richa, e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, na manhã desta segunda-feira (15), durante evento realizado na Casa da Mulher Brasileira, no bairro Cabral. A solenidade marcou as comemorações pelos 10 anos da Lei Maria da Penha e dois meses de funcionamento da Casa da Mulher Brasileira.

Vasconcelos cobrou a efetiva implantação da Delegacia da Mulher na Casa da Mulher Brasileira. “Eu estou muito incomodado com essa situação. Leve meu recado para a secretaria da Segurança Pública e ao governador Beto Richa. A estrutura da Casa da Mulher Brasileira tem que estar completa. É imprescindível, não dá mais para prorrogar”, afirmou.

A crítica foi dirigida à Teresinha Beraldo Pereira Ramos, coordenadora de Política da Mulher da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social, representante do governo estadual presente na solenidade.

16 AGO 2016

112 PAÍSES

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cartórios passam a autenticar documentos para uso no exterior



Ministro Ricardo Lewandowski disse que a autenticação, a ser reconhecida em 112 países, representa um passo importante para reduzir o custo Brasil

Os cartórios brasileiros começam a autenticar documentos emitidos no Brasil para serem reconhecidos nos 112 países signatários da Convenção da Haia. A novidade foi tema de solenidade ontem no 17º Tabelião de Notas, em São Paulo.

“Essa adesão à convenção representa um passo importante para diminuirmos o custo Brasil. Vamos aumentar a nossa competitividade, vamos nos inserir, definitivamente, nesse mundo globalizado, com rapidez e eficiência. Vamos aumentar também o intercâmbio cultural e

educacional”, disse o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski.

Entre os documentos a serem autenticados estão certidões de nascimento, diplomas, certificados, procurações e escrituras. Dados do Ministério das Relações Exteriores apontam que o total de legalizações de documentos desse tipo por ano no país e na rede consular chega a 1,5 milhão.

Pelo processo antigo, o interessado precisava reconhecer firma em cartório, depois autenticar o reconhecimento de firma perante

o Ministério das Relações Exteriores e, por último, reconhecer essa autenticação na embaixada ou consulado do país para onde vai o documento.

Com a mudança, o processo passa a ser feito em cartório, na cidade de origem do interessado, em apenas 10 minutos. “A grande vantagem é que o cidadão que precisa autenticar um documento para que possa valer no exterior não precisa se deslocar para as grandes capitais. Ele vai a um cartório que esteja aparelhado com o sistema”, explicou o ministro.

16 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Desinformação impede que homens solteiros adotem crianças, dizem juizes

Atualmente, dos mais de 37 mil pretendentes inscritos no Cadastro Nacional de Adoção, gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça, 5.019 são pessoas solteiras. Em média, elas representam cerca de 15% do total de crianças adotadas em todo o país. Não existem dados específicos sobre adoção de crianças por homens solteiros. No entanto, juizes da Vara da Infância consultados pelo CNJ confirmam que o número ainda é muito pequeno.

“Culturalmente o homem

ainda não se descobriu como capaz de formar uma família sem a necessidade de uma mulher”, afirmou o juiz Élio Braz, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude de Recife. “Eles tendem a achar que não ‘levam jeito’. Só que para adotar uma criança não precisa ter ‘jeito’, mas ter amor”, completou.

Em setembro do ano passado, a Vara da Infância da Juventude fechou uma parceria com o Sport Clube do Recife. A ação “Adote um pequeno torcedor” mobilizou a cidade e 19 crianças foram adotadas.

Demora do INSS em reajustar benefício previdenciário não gera danos morais

Demora do Instituto Nacional do Seguro Social em reajustar benefício previdenciário não gera danos morais. Esse foi o entendimento firmado pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Distrito Federal ao aceitar recurso da Advocacia-Geral da União e reverter decisão que condenava o INSS a pagar R\$ 10 mil a uma segurada.

A autora da ação acionou a Justiça por conta da demora da revisão. Em primeira instância, a autarquia previdenciária foi

sentenciada a pagar R\$ 10 mil em danos morais, acolhendo a alegação de que a família foi privada de uma melhor alimentação, educação e saúde por não ter recebido os proventos na forma devida.

A AGU recorreu. “A eventual demora na revisão de benefício, a alguém que regularmente já recebe renda mensal, não é ofensiva a qualquer direito de personalidade, de forma que não existiria qualquer ação ou omissão danosa a ser atribuída ao INSS”, argumentou.

16 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Leis estaduais sobre serviços de telecomunicações são questionadas no STF

A Associação das Operadoras de Celular (Acel) ajuizou Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 5572, 5574 e 5575), no Supremo Tribunal Federal (STF), para questionar leis estaduais que, no seu entender, violam a competência privativa da União para legislar sobre serviços de telecomunicações.

Na ADI 5572, a associação, juntamente com a Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), questiona a Lei 18.752/2016 do Paraná, que obriga as empresas prestadoras de serviços de internet a apresentar ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que informem a velocidade diária média de envio e recebimento de dados.

Já na ADI 5574, a Acel questiona a Lei 10.519/2015 da Paraíba, que determi-

na que aparelhos celulares roubados ou furtados terão que ser bloqueados pelas operadoras, por meio do IMEI (sigla em inglês para Identidade Internacional do Equipamento Móvel), em até 24 horas após o registro do caso na delegacia.

E, na ADI 5575, as associações questionam a Lei 10.513/2015, também da Paraíba, que dispõe sobre mensagem de advertência da operadora de telefonia fixa e celular nas chamadas telefônicas originadas para outras operadoras.

As entidades apontam violação aos artigos 21, inciso XI, e 22, inciso IV, da Constituição Federal, que afirmam a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, e pedem a concessão de liminar para suspender a eficácia das leis questionadas.

16 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro aceita denúncia contra ex-tesoureiro do PT, Renato Duque e mais 12

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, recebeu denúncia na Operação Lava Jato contra ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira, o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e outras 12 pessoas. O despacho foi registrado na noite da última sexta-feira.

Ao todo, 14 pessoas são acusadas de crimes de corrupção, cartel e lavagem de dinheiro por fraudes no contrato de obra do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), da Petrobras, no Rio de Janeiro, onde são feitos estudos sobre a exploração de petróleo em águas profundas. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça, na última terça-feira, com a retirada de um dos acusados da lista, Ricardo Pernambuco Backheuser Júnior. De acordo com o MPF, o contrato, assinado em janeiro de 2008 entre o Consórcio Novo Cenpes e a Petrobras, tinha valor inicial de R\$ 850 milhões e passou para mais de R\$ 1 bilhão após aditivos.

16 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Processo da Publicano 1 é suspenso pelo TJ

O processo relativo à primeira fase da Operação Publicano, deflagrada em 20 de março de 2015, foi suspenso na última semana pelo juiz substituto em segundo grau, Márcio Tokars, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. A suspensão ocorrerá até os desembargadores da Câmara julgarem o mérito do habeas corpus, impetrado pela defesa do auditor Gilberto Della Coletta, que faria parte da cúpula da Receita Estadual do Paraná, em Curitiba, e receberia parte da propina arrecadada pelos auditores em Londrina, segundo a acusação. Com 73 réus, o processo, que começou a tramitar há 476 dias, em 22 de abril do ano passado, está na fase final: já foi enviado ao Ministério Público (MP) para alegações finais. A próxima fase seriam as alegações finais dos acusados e, posteriormente, a sentença.

O juiz do TJ acatou os argumentos de Coletta, de que teria havido cerceamento de defesa. Após a instrução (depoimentos de testemunhas e réus), realizada entre fevereiro e abril deste ano, os advogados de Coletta pediram a oitiva de cinco outras testemunhas, com objetivo de refutar declarações do principal delator do esquema, o auditor Luiz Antonio de Souza. Segundo ele, perante o juiz, Coletta esteve em evento, em Londrina, em 2011, no qual, o auditor curitibano teria reclamado de estar recebendo pouca propina. Porém, em interrogatório, Favoreto negou.

A suspensão do processo surpreendeu o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, promotor de Justiça Jorge Fernando Barreto da Costa (foto). "Esperamos que a liminar seja cassada no mérito o quanto antes", afirmou, ao frisar que o MP deveria entregar alegações até o dia 22 de agosto, mas que a decisão de Tokars suspende todos os prazos.

Apura a existência de organização criminosa incrustada na Receita Estadual de Londrina especializada em cobrar propina de empresários sonegadores de impostos

Quantia que se oferece ou paga a alguém para induzi-lo a praticar atos ilícitos; suborno

Marcos Zanullo - 06/06/2016



16 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Cartórios autenticam documentos para 112 países

Com a mudança, o processo passa a ser feito em cartório, na cidade de origem do interessado, em apenas 10 minutos

Essa adesão à convenção (da Haia) representa um passo importante para diminuirmos o custo Brasil

Agência Brasil

Os cartórios brasileiros começam a autenticar documentos emitidos no Brasil para serem reconhecidos nos 112 países signatários da Convenção da Haia. A novidade foi tema de solenidade segunda-feira (15) no 17º Tabelião de Notas, em São Paulo.

“Essa adesão à convenção representa um passo importante para diminuirmos o custo Brasil. Vamos aumentar a nossa competitividade, vamos nos inserir, definitivamente, nesse mundo globalizado, com rapidez e eficiência. Vamos aumentar também o intercâmbio cultural e educacional”, disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski.

LEGALIZAÇÕES

Entre os documentos a serem autenticados estão certidões de nascimento, diplomas, certificados, procurações e escrituras. Dados do Ministério das Relações Exteriores apontam que o total de legalizações de docu-

mentos desse tipo por ano no país e na rede consular chega a 1,5 milhão.

Pelo processo antigo, o interessado precisava reconhecer firma em cartório, depois autenticar o reconhecimento de firma perante o Ministério das Relações Exteriores e, por último, reconhecer essa autenticação na embaixada ou consulado do país para onde vai o documento.

Com a mudança, o processo passa a ser feito em cartório, na cidade de origem do interessado, em apenas 10 minutos. “A grande vantagem é que o cidadão que precisa autenticar um documento para que possa valer no exterior não precisa se deslocar para as grandes capitais. Ele vai a um cartório que esteja aparelhado com o sistema”, explicou o ministro.

“Hoje, nós temos um sistema e documento único, o selo emitido pela Casa da Moeda, imune a qualquer tipo de falsificação, um grande avanço”, finalizou o presidente do Supremo Tribunal Federal.

FOLHA DE LONDRINA 16 AGO 2016

Outro ex-tesoureiro do PT vira réu na Lava Jato

Paulo Adalberto Ferreira e outras 13 pessoas são acusadas de corrupção, lavagem de dinheiro e cartel na Petrobras

Estelita Hass Carazzai
Folhapress

Curitiba - O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Operação Lava Jato, aceitou na última sexta-feira (12) a denúncia contra Paulo Adalberto Ferreira, ex-tesoureiro do PT, e outras 13 pessoas sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e cartel na Petrobras. É a primeira vez que Ferreira, que antecedeu João Vaccari Neto na tesouraria do PT, se torna réu da Lava Jato.

O ex-deputado federal é

diz que as transferências foram legais, feitas a fornecedores e integrantes de sua campanha a deputado federal, em 2010.

No total, R\$ 20 milhões foram desviados do contrato, segundo a denúncia. A construção foi iniciada em 2008 e custou cerca de R\$ 1 bilhão. Na decisão, Moro entendeu que há "indícios suficientes de autoria e materialidade" contra os acusados.

Também viraram réus os empresários responsáveis pela obra, das construtoras

teriormente, pagar propina a agentes da Petrobras e a membros do PT -que daria sustentação política à diretoria de Serviços.

O ex-diretor da estatal Renato Duque também está entre os réus - além de quatro operadores do esquema (Adir Assad, Roberto Trombeta, Rodrigo Morales e o advogado Alexandre Romano), que fizeram a operação financeira, por meio de contratos de fachada e pagamentos no exterior. Os últimos três são delatores da Lava Jato, e deram origem à investigação dos fatos denunciados.

**Ex-deputado federal
teria recebido cerca
de R\$ 1 milhão em propina**

acusado de ter recebido cerca de R\$ 1 milhão em propina na obra do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), no Rio de Janeiro - investigada na 31ª fase da operação. Segundo os procuradores, os valores foram direcionados a contas de seus familiares, empresas terceiras e até a uma escola de samba de Porto Alegre, base eleitoral do ex-tesoureiro.

Ele nega irregularidades e

OAS (Leo Pinheiro, ex-presidente, e Agenor Franklin Medeiros), Construcap (Roberto Capobianco e Erasto Messias da Silva Júnior), Construbase (Genésio Schiavinato Júnior), Schahin (Edison Freire Coutinho e José Antônio Marsílio Schwarz) e Carioca Engenharia (Ricardo Backheuser Pernambuco).

Eles são acusados de acertar o valor do contrato, e, pos-

OUTRO LADO

Preso preventivamente em São Paulo, o ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira afirmou à PF na época que as empresas e pessoas beneficiadas pelos repasses "custearam despesas de sua campanha" a deputado federal, em 2010. O advogado Alexandre Romano, que também é réu e fez vários dos pagamentos apontados na denúncia, atuava como seu "captador de recursos", argumentou. As transferências feitas a uma escola de samba, amigos e familiares, assim, eram para quitar gastos de campanha.

16 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Só em 2017

O procurador Deltan Dallagnol acha que a Lava Jato não chega ao fim neste ano como Sérgio Moro esperava. Seus gráficos nada têm de sistemáticos e para a frente, tanto que casos de fases anteriores entram em cena novamente e acabam em delações premiadas. Um caso típico é o de Paulo Ferreira novamente chamado às falas.

OAB de olho

Começa hoje a campanha e agora, além da autorregulação (pega entre partidos e candidatos) e do acompanhamento de órgãos da sociedade, teremos um especial verdadeiro plantão de denúncias comandado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção estadual. Ocorre que com a precipitada proibição de recursos empresariais por um impulso de moralismo tropical abriu-se um espaço para abusos como o presidente do TSE, Gilmar Mendes, admite. Esses apoios tentarão suprir as deficiências legais.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

16 AGO 2016

Mais de 6 mil prefeituráveis

A Justiça Eleitoral encerrou ontem o prazo para que partidos e coligações fizessem o registro de candidaturas dos escolhidos para concorrer às eleições de outubro, quando serão disputados os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Até as 19h, foram registrados no sistema de candidatos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 6.317 candidaturas para prefeitos, 6.282 registros para o cargo de vice-prefeito e de 166.117 para vereador. O número total deve ser computado assim que os Tribunais Regionais Eleitorais atualizarem os dados. Com o registro, caberá aos juízes eleitorais julgarem os pedidos de candidatura, que poderão ser indeferidos se os candidatos não cumprirem os requisitos legais, entre eles, estar elegível pela Lei da Ficha Limpa. A norma impede que pessoas condenadas por órgãos colegiados possam disputar eleições pelo prazo de oito anos.

Perfil dos candidatos

De acordo com os dados parciais do TSE, a maioria dos candidatos às eleições municipais de 2016 tem ensino médio completo e está na faixa etária de 40 a 49 anos. Cerca de 69% são homens e 31% são mulheres. Em relação a cor, 56% dos candidatos se declararam brancos, 35% pardos e o restante o tribunal classificou como "outros" na divulgação parcial dos dados, sem especificar mais cores. Entre as profissões mais comuns estão a de comerciante, agricultor e funcionário público municipal. Os partidos que têm mais candidatos na disputa são PMDB, PSDB, PP, PSD, PDT, PSB, PTB e PT.

Dúvidas sobre eleição

O Ministério Público (MP) do Paraná criou um hotsite especial com informações diversificadas sobre as eleições municipais para esclarecer dúvidas do eleitor, candidatos e jornalista. Entre os temas abordados, destacam-se as condutas permitidas e proibidas na propaganda eleitoral, os crimes, como compra de votos, boca de urna, "chuva de santinhos" e fraude na votação, além das punições previstas para cada um deles e orientações sobre como denunciá-los.

Informações úteis

O hotsite traz também informações sobre as regras específicas para o dia das eleições, a importância do voto consciente, as atribuições dos cargos em disputa e o papel do Ministério Público, responsável por fiscalizar o processo e receber denúncias da população. O eleitor poderá saber ainda sobre os locais de votação, além do calendário eleitoral com as principais datas até o dia da votação. O site pode ser acessado pelo <http://www.mppr.mp.br/>.

BEMPARANÁ

16 AGO 2016

Ex-tesoureiro do PT e mais 13 viram réus

O juiz Sérgio Moro abriu ação penal contra catorze alvos da Operação Abismo, 31.ª etapa da Lava Jato que descobriu suposto esquema de propinas nas obras do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes). Entre os acusados estão o empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS - que está negociando delação premiada -, o lobista Adir Assad, o ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira e o ex-diretor de Serviços da estatal petrolífera Renato Duque, preso desde fevereiro de 2015 e já condenado em outra ação.

O montante da propina, segundo o Ministério Público Federal, chegou a 2% do valor do contrato e dos aditivos, cerca de R\$ 20,65 mi-

lhões. Os procuradores da República que integram a força-tarefa da Lava Jato sustentam que o Consórcio Novo Cenpes, formado pelas empreiteiras OAS, Carioca Engenharia, Construbase Engenharia, Construcap CCPS Engenharia e Schahin Engenharia, teria vencido a licitação para construção e ampliação do Centro "mediante ajuste fraudulento de licitação".

A denúncia diz que a propina foi destinada a "agentes da Petrobras e a agentes políticos". O contrato teria sido previamente atribuído às empresas componentes do Consórcio Novo Cenpes através do cartel das empreiteiras do qual a OAS era integrante

TSE pede mais prazo para perícia em campanha

Técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitaram ontem a prorrogação do prazo para finalizar a perícia contábil dos dados apresentados pela Gráfica Focal, que prestou serviços à campanha eleitoral da presidenta afastada Dilma Rousseff. Os servidores do TSE alegam que a documentação completa sobre a empresa só chegou no dia 1º de agosto.

Em dezembro de 2014, as contas da campanha de Dilma e do vice, Michel Temer, foram aprovadas com ressalvas por unanimidade no TSE. De acordo com entendimento atual da Corte Eleitoral, a prestação contábil da chapa é julgada em conjunto.

No entanto, no ano passado, o presidente do TSE,

Gilmar Mendes atendeu a um pedido do PSDB e determinou que seis órgãos de investigação apurassem supostas irregularidades nos pagamentos a sete empresas que prestaram serviços à campanha eleitoral de Dilma em 2014. De acordo com a decisão, a Receita Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público, deveriam investigar se as empresas receberam valores desproporcionais à capacidade operacional para prestar serviços na campanha.

Além das contas da campanha presidencial do PT, que também foi composta pelo vice, Michel Temer, o TSE também investiga o suposto recebimento de propina como doação oficial de campanha pelo PP e PMDB.

Hashtag

Juiz nega soltura de suspeito

A Justiça Federal negou pedido de liberdade apresentado pela defesa de um dos 14 presos na Operação Hashtag. A decisão é do juiz Marcos Josegredi da Silva, titular da 14ª Vara Federal de Curitiba. O homem de 27 anos foi preso em Manaus no dia 21 de julho, por suspeita de envolvimento com o grupo terrorista Estado Islâmico (EI) para planejar atentados durante a Olimpíada do Rio de Janeiro.

No pedido de revogação da prisão, os advogados alegaram que Oziris é jovem, tem emprego lícito e é o único provedor da família. Além disso, a defesa sustentou que a investigação não conseguiu identificar, nas conversas telefônicas interceptadas, elementos que comprovassem o envolvimento do acusado com o Estado Islâmico. Para a acusação ele seria o fundador do grupo secreto do Facebook intitulado Defensores da sharia.

16 AGO 2016

BEMPARANÁ

STELLA WINNIKES



Procurador Carlos Fernando dos Santos ministra palestra em Curitiba sobre A Força Tarefa da Lava Jato

O Graciosa Country Club, em parceria com o UniBrasil Centro Universitário, B'nai Brith, Solar do Rosário e Casillo Advogados, recebe um dos extraordinários membros da Força Tarefa do Ministério Público Federal na Operação Lava Jato da Polícia Federal, o doutor Carlos Fernando dos Santos Lima. O convidado irá ministrar a palestra sobre A Força Tarefa da Lava Jato, no dia 25 de agosto, às 20h, na Sede Social do Clube, e sua vinda integra a agenda do Projeto Pensando o Brasil, coordenado pela Diretora Cultural do Clube e pela professora, Liana Leão.

16 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Prefeitura debate política de segurança para mulheres

Curitiba está debatendo a proteção às mulheres com a implantação de políticas de proteção em casos de violência doméstica. O destaque foi dado durante a palestra da doutora em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e especialista na Lei Maria da Penha, Alice Bianchini. O evento marcou as comemorações pelos 10 anos da Lei Maria da Penha e pelos dois meses de funcionamen-

to da Casa da Mulher Brasileira, que foi instalada no bairro Cabral.

Durante a cerimônia, 13 guardas municipais foram homenageados pelos serviços prestados à causa da proteção feminina através da Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Curitiba. Entre as políticas públicas do Município destacadas no evento, estão a campanha 'Busão Sem Abuso', a criação da Patrulha e a implantação da Casa da Mulher Brasileira. ■

Justiça começa a ouvir testemunhas da Operação Pecúlio

A Justiça Federal começou ontem as primeiras audiências de instrução da Operação Pecúlio, que investiga um esquema de corrupção na Prefeitura de Foz do Iguaçu. Os depoimentos de parte das testemunhas de acusação do Ministério Público Federal (MPF) e de defesa de oito dos réus na ação penal seguem até o dia 22.



Em função da quantidade de pessoas que devem acompanhar os depoimentos, as audiências serão realizadas no auditório da Polícia Federal, sempre a partir das 13h. No total, devem ser ouvidas cerca de 250 pessoas. Os próximos devem ser os presos e depois as testemunhas dos demais réus. ■

Juiz nega liberdade ao suspeito de envolvimento com Estado Islâmico

A Justiça Federal negou pedido de liberdade apresentado pela defesa de Oziris Moris Lundi dos Santos de Azevedo, um dos 14 presos na Operação Hashtag. A decisão é do juiz Marcos Josegredi da Silva, titular da 14ª Vara

Federal de Curitiba. O homem de 27 anos foi preso em Manaus no dia 21 de julho, por suspeita de envolvimento com o grupo terrorista Estado Islâmico (EI) para planejar atentados durante a Olimpíada do Rio de Janeiro. ■

16 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Sérgio Moro aceita denúncia contra ex-tesoureiro do PT



O juiz Sérgio Moro (foto), da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, recebeu denúncia na Operação Lava Jato contra ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira, o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e outras 12 pessoas. O despacho foi registrado na noite da última sexta-feira (12).

Ao todo, 14 pessoas são acusadas de crimes de corrupção, cartel e lavagem de dinheiro por fraudes no contrato de obra do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), da Petrobras, no Rio de Janeiro, onde são feitos estudos sobre a exploração de petróleo em águas profundas. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça, na terça-feira (9), com a retirada de um dos acusados da lista, Ricardo Pernambuco Backheuser Júnior. De acordo com o MPF, o contrato, assinado em janeiro de 2008 entre o Consórcio Novo Cenpes e a Petrobras, tinha valor inicial de R\$ 850 milhões e passou para mais de R\$ 1 bilhão após aditivos. ●

Agência Brasil



Cláudia Cruz reivindica que seu passaporte seja devolvido

Lava Jato teme fuga da mulher de Eduardo Cunha

A força-tarefa da Lava Jato suspeita que Cláudia Cruz (foto), mulher do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), mantenha outras contas secretas ainda não descobertas no exterior e, por isso, se manifestou contra o pedido da jornalista para devolução de seu passaporte pela Justiça Federal em Curitiba. Os procuradores da República que investigam Cláudia temem que ela poderá fugir do País.

“Não obstante a conta Kopek estar bloqueada desde 7 de abril de 2015, existe real possibilidade de Cláudia Cordeiro Cruz e/ou seus familiares manterem outras contas bancárias no exterior, havendo risco concreto de eventual fuga e utilização de ativos secretos ainda não bloqueados caso o passaporte seja devolvido”, alertam os procuradores em manifestação ao juiz Sérgio Moro nesta segunda-feira, 15. ●

16 AGO 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

LAVA JATO

O dono da empreiteira UTC, Ricardo Pessoa, em novo depoimento à Operação Lava Jato, afirmou que combinou com o empresário Zwi Skornicki de pagar a ele R\$ 500 mil para afastar o grupo holandês Keppels Fels de contratos de construção das plataformas da Petrobras. Ambos são delatores da Lava Jato. A revelação de Ricardo Pessoa, feita pela primeira vez desde que sua delação foi fechada em 2015, é contestada por Skornicki.

LAVA JATO 2

Em petição à força-tarefa da Operação Lava Jato, a defesa de Skornicki rechaçou informações do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC Engenharia. Em novo depoimento à Polícia Federal, o empreiteiro afirmou que combinou com Skornicki repasse de R\$ 500 mil para tirar do caminho o grupo holandês Keppels Fels de contratos de construção de plataformas da Petrobras. O lobista se colocou 'à disposição' para uma eventual acareação com Ricardo Pessoa.

DENÚNCIA

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, recebeu denúncia na Operação Lava Jato contra ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira, o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e outras 12 pessoas. Elas são acusadas de crimes de corrupção, cartel e lavagem de dinheiro por fraudes no contrato de obra do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), da Petrobras, no Rio de Janeiro, onde são feitos estudos sobre a exploração de petróleo em águas profundas. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF). De acordo com o MPF, o contrato, assinado em janeiro de 2008 entre o Consórcio Novo Cenpes e a Petrobras, tinha valor inicial de R\$ 850 mi e passou para mais de R\$ 1 bi após aditivos.